

O DEBATE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A QUESTÃO REGIONAL: PERSPECTIVA HISTÓRICA E ELEMENTOS DE UMA AGENDA PARA O SÉCULO XXI

THE DEBATE ON ECONOMIC DEVELOPMENT AND THE REGIONAL ISSUE: HISTORICAL PERSPECTIVE AND ELEMENTS OF AN AGENDA FOR THE 21ST CENTURY

Márcia de Lima Pereira Couto¹

Carlos Augusto Couto Xavier²

Resumo: Tomando como base o desempenho econômico e social mais favorável tanto em nível nacional como regional vivenciado nos primeiros anos do século XXI, volta à tona o debate sobre o conceito de desenvolvimento econômico e suas nuances no campo regional. A partir desse aspecto e fazendo uso de pesquisas bibliográfica e documental, o objetivo deste artigo consiste em apresentar uma leitura crítica, fazendo uso de uma perspectiva histórica e de elementos atuais, acerca da concepção de desenvolvimento para o Brasil e seus reflexos no debate sobre o desenvolvimento regional, focalizando os aspectos da região Nordeste. Constata-se que a percepção de desenvolvimento econômico do Brasil e as concepções regionais apresentadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional tem como base elementos já existentes no debate, como o consumo em massa que era o foco nos primórdios do pensamento desenvolvimentista brasileiro, portanto, as velhas formas aparecem como novas formas que já demonstraram ser inefcazes para se ter efetivas mudanças quantitativas e qualitativas.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico brasileiro. Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Nordeste

¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia - UAECOM (UFPA). E-mail: marcialpbr@yahoo.com.br

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia - PPGE /UFPA. E-mail: augustocx@yahoo.com.br

Abstract: On the basis of the most favorable economic and social performance at both the national and regional levels experienced in the first years of the 21st century, the debate about the concept of economic development and its nuances in the regional field returns to the fore. Based on this aspect and making use of bibliographical and documentary research, the objective of this work is to present a critical reading, making use of a historical perspective and current elements, about the conception of development for Brazil and its reflections in the development debate Region, focusing on aspects of the Northeast region. It is observed that the perception of economic development in Brazil and the regional conceptions presented in the National Plan for Regional Development, is based on already existing elements in the debate, such as the mass consumption that was the focus in the beginnings of Brazilian developmental thinking, so the old forms appear as new forms that have already proved to be ineffective in order to have effective quantitative and qualitative changes.

Keywords: brazilian economic development. National Plan for Regional Development. Northeast.

1 INTRODUÇÃO

Já nos primeiros anos do século XXI os dados evidenciam mudanças nas condições socioeconômicas da população brasileira, as quais demonstram uma diminuição da pobreza, da taxa de desemprego, ganhos reais de salários, ampliação do emprego formal, maior crescimento econômico e maior acesso a bens de consumo, tendo como elemento de importante contribuição à adoção de políticas promotoras de consumo em massa e promovidas pela ampliação do crédito e estímulos concedidos pelo Governo.

Tais indicadores têm promovido a retomada da discussão sobre o processo histórico referente ao modelo de desenvolvimento econômico adotado, bem como o surgimento de proposições teóricas que buscam explicar o processo de desenvolvimento econômico no período recente, as quais têm se pautado, sobretudo, em dois eixos: o novo-desenvolvimentismo, cuja perspectiva está mais ligada à promoção de

uma condição de crescimento econômico protagonizada por uma relação sinérgica entre o Estado e o mercado, onde as questões sociais seriam desejáveis, embora não se apontem políticas diretamente relacionadas a esse aspecto; e o social-desenvolvimentismo, o qual focaliza políticas voltadas para o desenvolvimento social como meio para promoção do desenvolvimento econômico, através de políticas distributivas, ampliação do crédito e rendimentos acima da produtividade, com o intuito de ampliar os meios de consumo de massa.

No que concerne especificamente à realidade que caracteriza a região Nordeste, esta se configura em uma região que historicamente apresenta fortes discrepâncias, as quais apenas foram minoradas, do ponto de vista social, com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no sentido de promoção de uma ampliação de suas bases produtivas. Todavia, conforme ressalta Lima e Caldas (2013), a forte reversão na política econômica nos anos 1980, atrelada ao processo de globalização e abertura da economia, além da forte reversão nos investimentos públicos acabou por reforçar as assimetrias regionais econômicas e sociais, fazendo persistirem as desigualdades sociais inter-regionais e o debate sobre o desenvolvimento regional mediante tal conjuntura permanece por um longo período em estado de “letargia”, refletindo na extinção da Sudene, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) em 2001.

Nesse contexto, tal debate é retomado em 2003, com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizado em 2007, como parte de um esforço de se repensar políticas focalizadas na problemática, a partir de um diagnóstico socioeconômico que denota a manutenção das disparidades regionais e propõe uma reversão dessa realidade via exploração dos potenciais de desenvolvimento das regiões no país.

Assim, muito embora se tenha observado algumas melhorias em determinados aspectos no âmbito social, a priori não pode ser apontado necessariamente como uma preocupação da política de governo em diminuir as discrepâncias entre as regiões, aspecto este que fica evidenciado nos repasses referentes a programas sociais de redistribuição de renda, os quais denotam, por exemplo, grande taxa de dependência desses programas na região Nordeste e pouca efetividade em ações mais concretas que pudessem vir a mudar essa realidade.

Ademais, algumas características ainda apontam uma manutenção de realidades distintas e desiguais entre as regiões e dentro da própria região Nordeste e, entendendo a centralidade que deveria ocupar o trabalho neste debate, observa-se que a questão do emprego é um elemento que denota fortemente a problemática, dado que o que se percebe em um olhar mais aprofundado são velhas e novas formas de exploração do trabalho, explicitando a manutenção do papel do trabalho nas ideias de desenvolvimento mais recentes e a importante e útil função do Estado no intuito de atender os anseios do capital ao promover a realização deste em detrimento à custa de maior degradação da classe trabalhadora.

Partindo dessas questões, o artigo tem como objetivo apresentar uma leitura crítica, a partir de uma perspectiva histórica e elementos atuais, acerca da concepção de desenvolvimento para o Brasil e seus reflexos no debate sobre o desenvolvimento regional, focalizando especificamente a região Nordeste.

Além desta introdução, este trabalho estará composto das seguintes partes: a seção dois trará um debate introdutório sobre as controvérsias teóricas que envolvem a ideia de desenvolvimento econômico; na seção três será apresentada a evolução da percepção de desenvolvimento econômico no Brasil e breve discussão acerca do debate desenvolvimentista regional; na seção quatro são apontados alguns elementos acerca da perspectiva do desenvolvimento no Brasil e a questão regional no século XXI. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: LINHAS GERAIS E ELEMENTOS DE CRÍTICA

A ideia acerca de Desenvolvimento Econômico é permeada de uma gama de interpretações que, de forma genérica, pode ser considerado, conforme expõe Oliveira (2002), como se constituindo em um processo complexo de diversas mudanças e transformações nas esferas econômica, política e, sobretudo, humana e social. De maneira que, conforme esse autor expõe, a ideia de desenvolvimento seria fundamentada em um processo de crescimento promovido por elevações positivas no produto e na renda, transformando para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano como, por exemplo, aquelas relacionadas à habitação, saúde, renda, educação, transporte, alimentação, lazer, etc.

Uma perspectiva neste sentido e no intuito de evitar um conceito generalizado e que, portanto, não seja abrangente as diferentes realidades, se constitui em uma proposição sobre desenvolvimento nos moldes do modo de produção capitalista e que tenha como característica fundamental seu caráter atemporal. Neste sentido, Filgueiras (2013, p. 379), destaca que o desenvolvimento econômico como fenômeno que:

[...] abrange necessariamente, mudanças estruturais nos planos econômico, social, político, cultural e ambiental. Isto significa dizer que o crescimento econômico é uma das dimensões essenciais do desenvolvimento capitalista, a mais importante porque decorre diretamente do processo de acumulação e baliza as demais. Assim, por essa ótica, o crescimento econômico está subsumido ao desenvolvimento capitalista; este último é mais abrangente que o primeiro, pois vem sempre acompanhado – e até mesmo pressupõe – de transformações estruturais bem mais amplas.

Sob essa perspectiva, o conceito de desenvolvimento econômico passa a ser observado não apenas como a elevação da renda *per capita*, mais também como uma mudança estrutural em diversas áreas e as questões características de uma economia subdesenvolvida se constituiriam,

segundo essa linha de pensamento, em barreiras para o processo de mudança estrutural.

Para além da perspectiva mais usual no debate sobre desenvolvimento, se faz importante, para efeito crítico, apontar as linhas gerais do pensamento marxista sobre a temática. Nesse sentido, conforme destaca Castelo e Prado (2016), pode-se partir das proposições de Karl Marx acerca da lei geral de acumulação, a partir de uma abordagem histórica, denotando que na medida em que se tem o avanço do modo de produção capitalista e, por conseguinte, desenvolvimento das forças produtivas, tem-se que o bem-estar social resultante beneficia apenas uma parte da população. Assim, observa-se como impactos sociais, por um lado, maior acumulação de capital e, por outro, pauperismo (absoluto ou relativo). Ainda conforme os autores, o desenvolvimento seria um “mito fundador do capitalismo”, no qual os resultados são sempre desfavoráveis ao trabalhador, sendo, portanto, permeados de exploração da força de trabalho, geração de mais valia e acumulação capitalista.

Ademais, algumas proposições também discutem, a partir da base teórica marxista, a ideia de desenvolvimento, dentre elas destacam-se as proposições de Lênin³, que buscou entender o desenvolvimento capitalista e como este se delinearía numa formação econômico-social periférica e a forma como em uma mesma nação se teria desenvolvimento desigual entre os setores econômicos, entendendo tal aspecto como algo inerente ao modo de produção capitalista.

Além disso, destaca-se também nos escritos do autor em questão, suas proposições o fato de que a evolução da dinâmica capitalista atinge um estágio, cujos processos de concentração e centralização de capitais se acentuam de forma considerável, levando a formação de grandes associações monopolistas e financeirização do capital, denotando, além de outras características mais específicas, no conceito de imperialismo, o qual tem grande relevância no debate acerca do desenvolvimento econômico

³ **Vladimir Ilitch Lênin**. Obra: O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (1917).

e consequências para os países periféricos e dependentes, servindo de base para proposições teóricas que surgem a partir de meados do século XX, que buscam denotar a condição de dependência dos países latino-americanos, sendo este último importante elemento teórico de crítica a que se julga como ideologia desenvolvimentista.

3 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO, O DEBATE REGIONAL E SUAS NUANCES PARA O NORDESTE

Uma característica histórica do desenvolvimento da economia brasileira consiste na centralização das atividades produtivas em algumas regiões em detrimento de outras. Tal aspecto, embora anterior, torna-se mais visível com a implementação do Processo de Substituição de Importações (PSI), como resposta à crise de 1929 e seus impactos na economia cafeeira, predominante na região Sudeste do país.

A partir de tal conjuntura, as políticas adotadas parecem ter conduzido a ampliação do debate, sobretudo nos anos quarenta, que ficou conhecido como desenvolvimentismo, o qual, em termos gerais, entende-se, desde então, como algo atingível através da superação da condição de subdesenvolvimento, ao promover uma discussão nucleada no projeto de industrialização, com linhas basilares no planejamento e aparato estatal.

Um fato importante para emergência de tal debate foi a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a partir do surgimento de discussões sobre a estrutura socioeconômica e as desigualdades dos países latino-americanos em relação aos países centrais, promovendo, assim, a ampliação do debate acerca do subdesenvolvimento e dos desequilíbrios regionais, bem como a necessidade de saná-los, fato este que influenciou diretamente nos planos econômicos elaborados nas décadas de 1950 e 1960.

Nessa direção, a partir dos anos cinquenta, um grupo de pensadores brasileiros ganha destaque no debate, os chamados desenvolvimentistas nacionalistas do setor público (de base estruturalista), cujas ideias de desenvolvimento via planejamento e industrialização giravam em torno da importância da participação do Estado, planejamento para a economia como um todo, participação do capital estrangeiro (embora controlada e restrita a alguns setores), política monetária subordinada à política de desenvolvimento do país, dado que a inflação era vista pela ótica estrutural, dentre outros aspectos.

Tal discussão no âmbito do pensamento estruturalista, sobretudo através da contribuição de Celso Furtado nas discussões no âmbito da CEPAL, circundava no debate do sistema “centro-periferia”, segundo o qual os países do centro seriam aqueles que já possuíam uma industrialização avançada e os países da periferia se constituíam naqueles países nos quais o modelo de crescimento era voltado para “fora” e passou a se ter um “crescimento voltado para dentro”. O debate se aprofunda em torno da difusão internacional do progresso técnico e o fato deste se incorporar de maneira desigual entre “centro e periferia”, de maneira a existir um “fosso” que impediria estes últimos a atingirem a condição de desenvolvimento econômico e social alcançado pelos primeiros (PELLEGRINO, 2003).

Assim, dada a condição em que se encontrariam as economias periféricas, bem como a relação de dependência que caracteriza as mesmas, na perspectiva de Furtado a superação da condição de subdesenvolvimento só ocorreria mediante uma alteração estrutural na produção, relacionada às políticas que promovessem estímulo ao desenvolvimento de uma indústria diversificada e baseada em uma estrutura de planejamento estatal, onde se verificassem também mudanças profundas em termos das desigualdades sociais e nos hábitos locais de consumo, pois, caso contrário, ter-se-ia a continuidade de observação de saltos de crescimento, mas não a passagem para um modelo de desenvolvimento capitalista.

Desse modo, a inserção de Furtado na Cepal e tendo como elemento preponderante em termos de objeto de estudo a realidade brasileira, o mesmo focaliza seus trabalhos inerentes à ideia de subdesenvolvimento, sobretudo no final da década de 1950, para entendimento da realidade regional do Brasil e isso se dá porque é a partir desse período que há ampliação da concorrência entre regiões e o Nordeste é afetado por uma profunda seca.

Furtado faz uma análise-leitura crítica da política de industrialização brasileira vigente, apontando que a mesma embora se mostrasse adequada para o Brasil em sua totalidade, era promotora da ampliação das desigualdades regionais, visto que, por exemplo, na perspectiva da política cambial, esta mostrava-se fundamental para efeitos de proteção da indústria do Centro-Sul que estava em processo de desenvolvimento e ampliação, mas nas palavras de Araújo (2000), “uma verdadeira tragédia” para o Nordeste, cuja base produtora era essencialmente de bens primários e dependia fundamentalmente da importação de bens de consumo.

Nessa perspectiva, Furtado procura destacar que ao promover uma política de taxas de câmbio supervalorizadas, o Estado também contribuía para uma “deterioração nos termos de troca” entre Nordeste e Centro-Sul do país e, assim, tinha-se uma transferência de renda favorecendo esta última região, pois o Nordeste obtinha superávits comerciais com venda de produtos como açúcar, cacau, algodão, dentre outros de base primária e sofria o chamado “confisco cambial”.

Conforme explicita Berriel (2004, p. 63): “O Nordeste não tendo condições de recorrer às manufaturas importadas, tornava-se num mercado cativo para o Centro-Sul: através das compras dos produtos industrializados nacionais, transferia para lá as suas divisas”.⁴

⁴ Diniz (2009, p. 238) adiciona que a indústria tradicional do Nordeste havia sido afetada pela construção da rodovia Rio-Bahia, facilitando a penetração dos bens industriais do Centro-Sul no Nordeste e devastando a indústria têxtil dessa região.

Então, nesse contexto de discussão são lançadas as bases, por exemplo, para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), através da criação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)⁵, cuja discussão acerca da problemática regional e possíveis soluções foram sintetizadas em documento elaborado por Celso Furtado, mas por questões políticas atribuído ao GTDN, intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” (GRUPO, 1967).

No documento em questão, um dos primeiros aspectos abordados fora a disparidade de renda existente entre as regiões Nordeste e Centro-Sul, como o maior problema a ser enfrentado na etapa de desenvolvimento econômico em que se encontrava o país, onde atividades de maior valor agregado se concentravam essencialmente e de forma discrepante nessas últimas regiões, as quais se caracterizam historicamente pela detenção de maior concentração de capital e pelas vantagens obtidas pela política cambial, acima explicitadas.

Além disso, destaca-se para denotar a relevância de se inserir a questão regional no debate a diferença de renda existente entre as regiões, relacionada sobretudo à questão da produtividade, consideravelmente inferior no Nordeste, cujos baixos níveis de renda tinham relação direta com a conjugação de atividades muito ligadas à agricultura e à pobreza relativa de recursos naturais.

Outro aspecto que merece destaque no documento do GTDN é a problemática das secas, a qual para Celso Furtado este não era o cerne do problema que assolava a região Nordeste e, dessa maneira, era preciso ir além desse aspecto para propor políticas adequadas àquela realidade, pois a região ao se caracterizar por atividades econômicas essencialmente constituídas pela pecuária extensiva, cultura de algodão, enquanto

⁵ O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) foi criado em 1956, no governo Juscelino Kubitschek, e passou a ser dirigido por Celso Furtado a partir de 1958, o qual realizou diversos estudos, dos quais se destacou “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, elaborado por Celso Furtado, mas tendo sua autoria omitida a princípio.

atividades desenvolvidas em fazendas e a agricultura de subsistência, sendo esta última o principal meio de vida de boa parte dos trabalhadores, no momento em que a região é assolada por uma condição climática adversa, como é o caso das secas, os trabalhadores praticamente perdem o principal meio de subsistência e não conseguem obter uma renda suficiente para sua manutenção no trabalho nas fazendas, o que daria às secas um caráter catastrófico (PELLEGRINO, 2003).

De maneira complementar, Diniz (2009) e Araújo (2000) destacam acerca do documento do GTDN, ao se constituir essencialmente nas ideias de Furtado, que este autor negava a chamada política hidráulica usual no que se convencionava chamar de política de combate às secas, através da construção de açudes, enquanto ações do governo federal através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), tendo em vista que estas ao salvarem o gado e protegerem a pecuária, beneficiavam em essência os proprietários de terra, não mudando, portanto, a realidade da produção de base familiar e dos sem-terra. Ademais, constatava-se que a cada seca se ampliava o número de pessoas que dependiam de auxílio do Estado. Então, conforme Araújo (2000), caso não se modificassem a estrutura e as oligarquias nordestinas, não se teria nenhuma alteração na condição econômico-social da região.

Araújo (1997) adverte que a criação da Sudene fazia parte da estratégia de um Estado desenvolvimentista após se constatar, através de dados socioeconômicos, o atraso regional relativo e a consequente pressão social que se poderia gerar com essa questão. Assim, foram criadas as “pré-condições” para se progredir em termos de forças produtivas e ampliar investimentos para se promover efetiva base produtiva no Nordeste, destacando-se investimentos em rodovias, energia elétrica, pesquisas sobre recursos naturais e formação de técnicos e pessoal qualificado, de toda sorte que todo o potencial regional fosse mais bem utilizado na promoção do desenvolvimento regional.

De forma complementar, destaca-se que as políticas a serem adotadas sob o planejamento e coordenação da Sudene eram estabelecidas nos Planos Diretores da instituição, e neste sentido, tanto no I quanto no II Plano Diretor, enquanto documentos que norteavam as políticas adotadas, Pellegrino (2003) destaca que praticamente apenas a política de promoção de ampliação dos investimentos em industrialização se materializou na forma de políticas de incentivos fiscais para atração de novos capitais para a região em segmentos industriais considerados importantes para a alavancagem da economia da região, qualificação de mão de obra e formação técnica, sendo que o I Plano Diretor concedia incentivos apenas para o capital nacional, ao passo que o II já incluía o capital estrangeiro.

Com o golpe militar de 1964, a chamada “Modernização Conservadora” e as reformas institucionais deram lugar à política regional e a Sudene passou a ter uma ação política limitada. Assim, a Sudene apesar de ter grande relevância na ampliação da atividade industrial no Nordeste, não apresentou grandes resultados, pois ao promover isenção de imposto e outros incentivos para empresários do centro-sul e capitais estrangeiros que viessem instalar plantas industriais modernas no Nordeste e muito embora tenha favorecido em termos de modernização e ampliação da produção industrial e promoção de maior volume de empregos, foi desfavorável do ponto de vista da indústria tradicional nordestina, a qual foi se tornando sucateada. Além disso, os incentivos fiscais Finor 34/18⁶, reservara apenas 30% dos investimentos para os industriais nordestinos.

Prosseguindo, convém destacar que outro nacionalista que teve importante contribuição ao se voltar para a questão dos desequilíbrios regionais e preocupação com a situação do Nordeste foi Rômulo Almeida,

⁶ “A Lei Federal n. 3.692, de 1959, que criou a Sudene, estabeleceu em seu art. 18 os incentivos fiscais (isenção tributária) para projetos industriais novos e de expansão a ser implementados no Nordeste. A Lei Federal n. 3.995, de 1961, que aprovou o I Plano Diretor, estabeleceu no seu art. 34 o direito de as empresas brasileiras (pessoas jurídicas) vincularem parcela do imposto de renda a ser pago para aplicação em projetos industriais no Nordeste. Esses dois mecanismos eram utilizados de forma conjunta, conhecidos como “arts. 34/18” (DINIZ, 2009, p. 240).

cujas proposições, embora ainda pouco difundidas, foram relevantes para se pensar o desenvolvimento da região, sobretudo quando esteve a frente da assessoria econômica da Presidência da República, ao promover a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e pela participação ativa em defesa da região e do Estado da Bahia, sendo considerado por alguns como um homem que acreditava no desenvolvimento do Nordeste.

Assim, em termos gerais, a principal via de atuação a partir de fins dos anos cinquenta, consistia na busca por superar a condição de relativo atraso em que se encontrava a região Nordeste e, para tanto, tinha-se como ação principal a concessão de incentivos fiscais e financeiros via Sudene, concedidos para promover os investimentos industriais, além das políticas de desenvolvimento industrial aplicadas nos anos 1970, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento, através dos quais se verifica uma ampliação das bases produtivas do Nordeste, onde a indústria de bens intermediários ampliou significativamente seu peso na base industrial, compondo, juntamente com o segmento de não-duráveis os mais importantes do parque industrial. Entretanto, tais indústrias acabaram por atuar como complementares a produção do Centro-Sul. Definia-se assim, a dinâmica dada pela divisão inter-regional do trabalho dentro do PSI. De um lado, tinham-se os segmentos de bens de consumo duráveis e de capital, localizados principalmente no Sudeste, de outro, o Nordeste assumindo o papel crescente de fornecedor de insumos, principalmente químico, para o Sudeste.

Acerca do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, Tavares (1964) resalta suas grandes contradições, sendo uma delas a desigualdade regional, no sentido de se constatar a concentração da atividade econômica em região polarizada, que somada a uma política econômica de incentivo à industrialização implicava, direta ou indiretamente, na transferência de renda de regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas.

A partir dos anos 1980 vivencia-se uma completa ausência de planos de desenvolvimento que buscassem transpor a realidade de inserção tardia na lógica capitalista, bem como os desequilíbrios econômicos inter-regionais, uma vez que o foco das políticas econômicas passa a ser a minoração do endividamento público, da inflação generalizada e contenção da crise no balanço de pagamentos brasileiro, culminando em um processo de abertura comercial e financeira no início dos anos noventa, com efeitos nefastos para a economia brasileira como um todo, como por exemplo um fenômeno ainda recente e alvo de debates intensos e controversos, cuja principal característica é a perda de participação da indústria no PIB, denominado de desindustrialização. Segundo Nassif (2008), tomando por base estudo de Clark (1957)⁷, um dos pioneiros na discussão da desindustrialização tem-se que este se constitui em um processo natural vivenciado pelos países capitalistas em algum estágio do processo de desenvolvimento econômico, que envolve não apenas a perda da participação da indústria no PIB como também menor geração de empregos nesse setor, sendo fruto de variações na política econômica do país.

Em linhas gerais, o que se verifica que o pensamento sobre o desenvolvimento regional seguia aquilo que se pensava para o país como um todo, ou seja, a “tábua de salvação” para superar a condição de subdesenvolvimento do país e os próprios desequilíbrios regionais estava na industrialização e as políticas econômicas, no geral, foram pensadas nesse intuito e que embora se tenha conseguido alguns avanços nesse processo, todavia, convém se refletir sobre fato de que a própria divisão internacional e inter-regional do trabalho, levada a cabo com esse processo, acaba por manter e reforçar laços de desigualdades e desequilíbrios entre países e entre as regiões do Brasil e que aspectos sociais, sobretudo ligados ao trabalho deveriam ter papel de maior destaque no debate sobre desenvolvimento.

⁷ CLARK, Colin. **The Conditions of Economic Progress**. London: Macmillan, 1957.

4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E QUESTÕES REGIONAIS NO SÉCULO XXI: NOVAS OU VELHAS FORMAS?

A partir dos anos 2000, aponta-se que o desempenho da economia brasileira sofreu consideráveis melhorias, fruto de mudanças em termos de políticas econômicas adotadas que implicam e ao mesmo tempo influem em maior crescimento econômico, aspecto este de grande relevância para geração de impactos positivos no mercado de trabalho, seja através de uma maior criação de empregos formais, diminuição na taxa de desemprego, melhoria em termos de estrutura das ocupações e redução das desigualdades.

Um aspecto que tem relevância no período mais recente reside no próprio fortalecimento do Estado, através da ampliação do montante de investimentos em infraestrutura física e também no âmbito social, via implementação de políticas públicas que favoreceram a qualificação dos trabalhadores, políticas de transferência de renda, ampliação do crédito e política de valorização do salário mínimo, tendo como um dos elementos de destaque resultantes, o aquecimento do consumo interno, o que leva tem sido um dos importantes responsáveis pela maior geração de empregos, tendo em vista que historicamente a dinâmica da economia brasileira é liderada pelo consumo de massa e por investimentos em infraestrutura.

Em termos gerais, diversas análises do período apontam que através da mudança de concepção a partir dos anos 2000, tem-se a retomada de uma nova agenda de desenvolvimento, com maiores possibilidades de crescimento, menor busca por ajuste fiscal, valorização do salário mínimo, maior investimento público, dentre outros aspectos, implicando, em um primeiro momento, em melhorias tanto do ponto de vista econômico, seja via maior estabilidade da economia brasileira, crescimento continuado, quanto de indicadores sociais, como redução dos níveis de pobreza, diminuição do desemprego e informalidade, ampliação do consumo,

acesso à educação e, dentre outros aspectos, na própria qualidade dos empregos gerados na economia.

Todavia, considerando o próprio processo de acumulação capitalista que caracteriza o país e condição de dependência que caracteriza economias periféricas como o Brasil, esse é um debate que ainda necessita de maior grau de aprofundamento.

Prosseguindo, um aspecto importante a se destacar no Brasil é que essa retomada do papel estratégico do Estado, aliado ao crescimento econômico e à retomada do discurso de distribuição de renda, que trouxe à tona em período recente a discussão sobre o desenvolvimento, de acordo com Carneiro (2012), denota em um debate que está pautado no Brasil na atualidade em duas grandes vertentes: o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo.

Segundo Oliveira e Mandarinó (2012), o novo-desenvolvimentismo consiste numa corrente de discussão que, em linhas gerais, propõe que para que países de renda média como o Brasil alcancem os países desenvolvidos, o foco de atuação deve ser balizado na adoção de política macroeconômica focalizada na promoção de equilíbrio fiscal, câmbio competitivo e taxas de juros moderadas. De maneira complementar, nessa vertente, o crescimento deve ser voltado para a exportação, promoção da indústria e o papel do Estado, de forma sinérgica voltadas para o objetivo de desenvolvimento. Destaca-se ainda nessa vertente que as melhorias relativas às questões sociais são desejáveis, todavia não são apontados caminhos para isso e discute-se que a própria estratégia econômica seria um fator limitador de melhores perspectivas nesse campo.

No que concerne ao social-desenvolvimentismo, Oliveira e Mandarinó (2012) apontam que este possui uma maior aderência histórica às particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, visto que tem como fundamento estratégico o estímulo ao mercado interno via consumo de massas e avança ao incorporar o social a esta dimensão, visto que esta vertente tem como eixo central o fato de que o desenvolvimento social

promoveria um desenvolvimento das forças produtivas, cuja intensidade desse último elemento estaria condicionada às prioridades dadas as questões sociais e a promoção de maior consumo das massas via redistribuição, implicando em um fator dinâmico primordial ao crescimento.

Sobre esse último eixo Bielschowsky (2012) destaca que o Brasil possui três poderosas fontes de expansão, sendo a primeira um mercado consumidor amplo, seguido pela forte demanda nacional e mundial por seus recursos naturais e, por fim por deter perspectivas favoráveis acerca da demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura econômica e social, sendo o primeiro e o último eixo relacionado às políticas sociais.

Colombi (2015) adverte que tanto o novo quanto o social-desenvolvimentismo têm em comum o fato de abarcarem em suas proposições elementos gerais da concepção tradicional de desenvolvimentismo, quais sejam: industrialização como forma de acelerar o crescimento econômico, planejamento e intervenção do Estado, disciplina fiscal (novo-desenvolvimentismo) e distribuição de renda.

A autora acrescenta ainda que em ambas as concepções que compõem o mais recente agente de desenvolvimento do Brasil, tem-se ausência de um elemento importante do debate, a ausência de centralidade do trabalho. No novo-desenvolvimentismo, destaca que a dinâmica do mercado de trabalho se daria via subordinação as forças de mercado e políticas de emprego que combinam flexibilização com proteção. No caso do social-desenvolvimentismo, no momento em que evoca mercado de consumo em massa como motor do crescimento não o faz relacionando aos diversos tipos de ocupações que se tem e a dimensão social deveria focalizar como elemento central a problemática do trabalho e não o faz explicitamente. De forma complementar, Colombi (2015, p. 16) destaca com base em Vêras de Oliveira (2011): “[...] direito ao consumo passa a se firmar como acesso à cidadania na sociedade brasileira. E é nessa chave que se visualiza o sentido pelo qual a nova agenda do desenvolvimento contempla a questão social”.

Neste sentido, apesar deste debate ser muito recente e, considerando as políticas adotadas a partir da metade da primeira década deste século no Brasil, pautadas sobretudo no mercado interno de consumo de massas e investimentos na infraestrutura social e os resultados mais favoráveis nessa esfera, surge como questionamento primeiramente se este de fato deve ser o caminho para articulação sustentável entre as dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento, dado que as políticas públicas sociais tem muito mais caráter universalista e desconsideram as diversidades regionais históricas.

Além disso, outra questão que surge é a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento baseado no estímulo ao consumo de massas, visto que este parece se pautar ainda nos moldes de busca pelo desenvolvimento de capitalismo industrial de economias periféricas, com um agravante de que estudos apontam que a economia brasileira vivencia atualmente um processo de desindustrialização e, portanto, teoricamente se teria menores possibilidades de geração de emprego e renda para fazer face ao modelo de consumo estabelecido.

No campo regional, após mais de duas décadas e meia de ostracismo, que envolvem também a extinção da SUDENE, SUDECO e SUDAM em 2001 e a criação das agências de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e da Amazônia (ADA), absolutamente esvaziadas de força institucional, o desenvolvimento regional volta a ser fonte de discussões e no período compreendido entre 2003 e 2007 experimenta-se a reflexão a partir de documentos-base que retomam o debate e findam por institucionalizar o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), como parte de um esforço de se repensar políticas focalizadas na problemática, baseadas em inquietações advindas de um diagnóstico socioeconômico que denota a manutenção das disparidades regionais e compromissos firmados pelo governo em retomar políticas públicas de investimento, de forma a reverter essa realidade.

O PNDR, traz consigo a recriação da Sudene e Sudam em 2007, tendo como questão central a busca por reduzir as desigualdades regionais e explorar os potenciais de desenvolvimento das regiões no país, sobretudo focalizando em áreas nas quais os agentes do mercado apresentam menor interesse e buscando promover a valorização das diversidades de cada local. Complementando, o documento base divulgado pelo Ministério da Integração Nacional deixa claro já na introdução que o propósito de atuação se volta para o desenvolvimento rural, os Arranjos Produtivos Locais, Sistemas Locais de Inovação e empreendimentos exportadores, tomando como base essencial a experiência da Terceira Itália e outras com enfoque territorial.

Em termos gerais, o documento expõe ainda que o PNDR busca conciliar competitividade e maior expressão produtiva dos diversos valores culturais e não teria especificamente como objetivo o combate à pobreza e sim às debilidades econômicas e a estagnação das regiões como forma inclusive de conter fluxos migratórios que acabam por contribuir para ampliação dos bolsões de pobreza nas grandes metrópoles. As fontes de financiamento do PNDR seriam via Fundos de Constituição de Financiamento, e criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), como forma de se ter uma maior fonte de recursos capaz de financiar territórios além das macrorregiões tradicionalmente apoiadas. Ministério da Integração Nacional (2007) e Resende et. al (2015).

Assim, o propósito da política seria dar uma alavancada nas regiões foco através da atração de investimentos de capital e atuação dos programas sociais de renda e serviços públicos básicos. E um aspecto que diferencia o PNDR do debate anterior sobre desenvolvimento regional é o fato deste primeiro considerar no mesmo território a coexistência de sub-regiões dinâmicas e, portanto, mais competitivas e com elevados rendimentos relativos médios e sub-regiões com precárias condições de vida e sinais de estagnação, o que segundo Resende *et. al* (2015, p. 30), se constitui em:

[...] avanço em relação à visão tradicional, que resumia o problema regional brasileiro ao atraso relativo das macrorregiões Norte e Nordeste. A PNDR também definiu uma tipologia de regiões para delimitar áreas prioritárias de atuação. A formulação das regiões prioritárias foi obtida pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*. O cruzamento das duas variáveis resultou em quatro grupos definidos de regiões (microrregiões de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda). Com exceção das microrregiões de alta renda, as demais seriam espaços prioritários para a ação da PNDR.

Assim, o PNDR tem como elemento importante o fato de trazer novamente à tona o debate sobre desenvolvimento regional, porém, nas primeiras análises da efetividade de suas ações, o próprio Ministério da Integração apresenta avaliação preliminar do PNDR como um “instrumento sem política”, sendo um dos aspectos responsáveis o fato do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional que lhe dava base não ter sido aprovado, devido a proposta de Reforma Tributária, que estaria vinculada e que também não se efetivou.

Dessa forma, a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), realizada em 2012, buscou avaliar até o momento a efetividade do PNDR e redefinir suas diretrizes e propor reformulações, bem como instituir o chamado II PNDR, cujas principais objetivos, conforme Resende *et al.* (2015) seriam:

- i)* sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais; e
- ii)* criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e de moradia.

Destaca-se ainda que no âmbito do II PNDR foram definidos espaços territoriais de prioridade para atuação da Sudene, Sudam e da

Sudeco, como também algumas regiões pertencentes ao Sul e ao Sudeste, que atendessem a classificação de média e de baixa rendas estabelecida e inclui também as microrregiões de alta renda das macrorregiões menos desenvolvidas para atuação, uma vez que as regiões de alta renda pertencentes as regiões Norte e Nordeste ainda estão muito distantes da realidade observada no Sul e no Sudeste.

Ressalta-se ainda, que o II PNDR, a partir da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, foi definido nas seguintes estruturas em termos de eixos temáticos: Governança, participação social e diálogo federativo; Instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional; Desigualdades regionais e critérios de elegibilidade em termos territórios-alvo e; Promoção de vetores de desenvolvimento regional sustentável: estrutura produtiva; educação; ciência, tecnologia e inovação (CT&I); infraestrutura; rede de cidades; e sustentabilidade ambiental.

Tratando-se do debate acerca das proposições específicas para a região Nordeste, tomando como base o documento divulgado pelo Ministério da Integração Nacional e elaborado pela Adene, contendo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PNDE), como parte do PNDR, ressalta-se inicialmente a busca pela efetivação de três processos na formação de um ciclo virtuoso de desenvolvimento: aumento da competitividade; melhoria da qualidade da vida da população; conquista da cidadania e inserção social do contingente de nordestinos à margem do desenvolvimento socioeconômico.

Tais elementos, na perspectiva de cenário futuro para o Nordeste devem estar pautados nas seguintes diretrizes: 1) ações ligadas à educação para a inclusão e o desenvolvimento; 2) promoção de maior nível de competitividade ao setor produtivo regional; 3) prover a região Nordeste de uma infraestrutura física urbana, de transportes e de comunicação necessárias à sua integração interna e externa; 4) fortalecimento dos vetores que levem à promoção de sustentabilidade socioambiental; 5) transformar a cultura da região em elemento de inclusão social e desenvolvimento; e

6) fortalecimento dos governos estaduais e municipais como agentes do desenvolvimento (BRASIL, 2006).

Dessa maneira, conforme cenário de futuro apresentado no PNDE (2006, p. 98), em termos normativos:

[...] o Nordeste seria uma sociedade sólida, coesa e proativa, com uma economia dinâmica, com inserção ativa e competitiva nos mercados nacional e mundial e com uma integração cooperativa das sub-regiões e dos espaços locais. Combinando crescimento com políticas, o Nordeste registra aumento das oportunidades de ocupação produtiva (de modo a facultar a inserção das pessoas na vida econômica regional), elevação dos níveis de renda real e da superação dos precários padrões de qualidade de vida (tais como os revelados pelos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH), redução dos níveis de pobreza absoluta e crescente inclusão social.

Dessa maneira e com base nos elementos acima expostos, algumas das mudanças objetivadas no PNDR são sintetizadas no Quadro 1, considerando no horizonte temporal o ano de 2025. Considerando alguns elementos apontados no quadro, a expectativa em 2005 era que o crescimento do PIB do Nordeste apresentasse superior ao crescimento desta variável para o Brasil, o que faria com que o PIB per capita se elevasse gradativamente e atingisse cerca de 58,3% do PIB per capita do país em 2025, crescimento considerável ante os 48,8 % que se tinha em 2002.

Quadro 1 - Indicadores do Cenário Desejado, Nordeste e Brasil

VARIÁVEIS	2002	2010	2015	2025
PIB Brasil (R\$ bilhões)	1.346,0	1.772,4	2.219,4	3.684,5
Taxa média anual de crescimento do PIB do Brasil (%)		3,5	4,6	5,2
PIB Nordeste (R\$ bilhões)	181,9	239,5	299,9	497,9
Taxa média anual do crescimento do PIB do NE (%)		3,5	4,6	5,2
População do NE/Brasil (%)	13,5	13,5	13,5	13,5
População Brasil (mil)	184.184,3	196.834,1	208.468,0	230.138,9
População Nordeste (mil)	51.019,1	53.904,5	56.558,2	61.497,4
População Nordeste/Brasil (%)	27,7	27,4	27,1	26,7

PIB-Per Capita do Brasil (R\$)	7.307,9	9.004,7	10.646,0	16.010,1
PIB-Per Capita do Nordeste (R\$)	3.565,3	4.443,6	5.303,0	8.096,8
PIB-Per Capita do NE/BR (%)	48,8	49,6	49,8	50,6
PEA Brasil (mil)	83.243,2	94.480,4	104.234,0	119.672,2
PEA Nordeste (mil)	22.515,5	24.796,1	27.148,0	30.748,7
População Ocupada Brasil (mil)	75.458,2	86.000,0	98.200,0	113.400,0
População Ocupada Nordeste (mil)	20.300,0	22.800,0	25.600,0	29.200,0
Tx de desemprego aberto BR (PEA ocupada/PEA total)	9,4	9,0	5,8	5,2
Tx de desemprego aberto NE (PEA ocupada/PEA total)	9,8	8,1	5,7	5,0
Nível de escolaridade BR (anos médios de estudo)	6,4	7,2	7,9	9,9
Nível de escolaridade NE (anos médios de estudo)	5	5,8	6,6	8,7
Tx de analfabetismo BR (% pop. de 7 anos e mais)	11,2	10,4	9,7	7,3
Tx de analfabetismo NE (% pop. de 7 anos e mais)	22,4	20,3	18,1	13,5
Mortalidade infantil BR (óbitos em mil nascidos vivos)	25,1	20,5	17,8	12,8
Mortalidade infantil NE (óbitos em mil nascidos vivos)	37,7	30,4	25,7	17,4
Domicílios com abastecimento de água BR (%)	82,5	88,3	92,8	100,0
Domicílios com abastecimento de água NE (%)	72,1	77,2	81,1	87,4
Domicílios com esgotamento sanitário BR (%)	48	55,6	62,1	41,6
Domicílios com esgotamento sanitário NE (%)	25,7	29,8	33,3	41,6

Fonte: IBGE (2002) *apud* Ministério da Integração Nacional – PNDE (2006).

Nota: Os dados da PEA ocupada são de 2001 e de Escolaridade, Esgotamento Sanitário e Abastecimento são de 2003 (PNAD 2002/2003). Os dados de população são estimativas do IBGE até 2020 com projeção para 2025 com mesma taxa.

Dentre as variáveis mais ligadas diretamente ao âmbito social, destaca-se inicialmente a perspectiva de aumento no contingente de economicamente ativos e ocupados para a região Nordeste, ambos superando crescimento de 60% em 2025 em relação a 2002. Com relação ao nível de escolaridade do nordestino, a perspectiva é que este se eleve em mais de quatro anos no período em questão, o que igualaria ao estimado para o Brasil no mesmo período. Acerca da taxa de analfabetismo para a população com 7 anos e mais, a expectativa é de declínio considerável, chegando a 8% no Nordeste em 2025, percentual que seria apenas ligeiramente inferior à taxa observada para o Brasil, em comparação a forte diferença apresentada em 2002. Sobre a mortalidade infantil, esta apresenta no cenário projetado, considerável queda no Nordeste, passando de 37,65 óbitos para mil nascidos vivos para 11,6 óbitos, em 2025, o que praticamente igualaria ao indicador médio estimado para o Brasil. Destaca-se, por fim, neste cenário a expectativa de que se ter uma ampliação considerável em termos de abrangência do abastecimento de água de esgotamento sanitário, atingindo em 2025 quase 100% dos domicílios da região.

Dessa maneira, tais projeções podem gerar inúmeros debates acerca da efetividade dessa política e dos resultados alcançados até o momento. Entretanto, esse aspecto foge ao objetivo deste trabalho que consiste em uma primeira aproximação dessas questões.

Em linhas gerais, o que se pode explicitar para efeito de reflexão, a partir dos elementos apresentados, é que mesmo considerando a importância na retomada do debate, alguns elementos de crítica já são apresentados sobre o PNDR, sobretudo em sua primeira fase, dado que ainda não se tem muitos estudos acerca do período mais recente. Neste sentido, Barbosa (2012) destaca que o contexto socioeconômico no qual surge o PNDR, em termos da herança neoliberal não superada efetivamente nos Governos Lula e Dilma e a própria dinâmica atual do capitalismo no Brasil, com retomada das relações entre Estado, capital internacional

e capital nacional, onde este último é completamente dependente dos recursos públicos não poderiam ser favoráveis à efetividade do plano em questão. Nas palavras da autora:

A política nacional de desenvolvimento regional se insere nesse modelo – chamado por Filgueiras e Gonçalves (2007) de Liberal-Periférico – que associa frações do capital financeiro, exportadores, grandes grupos econômicos e estatais. Um quadro notavelmente marcado pelo reforço dos mecanismos de disparidades regionais que, contraditoriamente, o ministério quer integrar (BARBOSA, 2012, p. 5).

Outro elemento que merece destaque nessa crítica é que a ideia de mobilização de regiões e criação de pólos atrativos de fomento de negócios, o que na realidade tem como pano de fundo a ampliação das bases capitalistas, com maior acumulação de capital, expropriação social e miséria, apenas amenizadas via enaltecimento de uma cultura empreendedora, cooperativismo e suposta ideia de empoderamento, sobretudo via ampliação do mercado interno e uma “naturalização” da precarização das relações de trabalho (BARBOSA, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um período de inocuidade no debate acerca do desenvolvimento no Brasil e acerca das questões regionais, este, volta à tona como fruto de melhorias observadas a partir do ano 2000, no âmbito econômico e, sobretudo social, através de diminuição nos níveis de pobreza, diminuição nas taxas de desemprego, maior crescimento econômico, ampliação do emprego formal e dos ganhos reais de salário, dentre outras questões. Tal debate apresenta-se como diverso daquele que caracterizava o nacional desenvolvimentismo, apresentando-se agora sob denominação de PNDE, novo-desenvolvimentismo e, sobretudo social-desenvolvimentismo, denotando este último e como o próprio nome diz as melhorias sociais como o cerne da questão.

No âmbito regional, apesar das melhorias observadas, os dados apontavam e ainda apontam fortes discrepâncias entre as regiões do país e carência de institucionalidade que tratasse a problemática com a devida relevância como propunha a Sudene, Sudam e Sudeco, então extintas em 2001 e substituídas por agências de desenvolvimento sem expressão política necessária. A partir disso, lança-se o PNDR em 2003, o qual somente se institucionaliza em 2007 e traz consigo a recriação das superintendências de desenvolvimento, como um primeiro esforço de retomada desse debate, mas que por diversos aspectos, como por exemplo, falta de efetivo planejamento em termos de financiamento do plano, é avaliado em 2012 no âmbito da CNDR como um “instrumento sem política”, denotando a falta de efetividade deste no período em questão e a partir do qual se lança novas estratégias em torno dos elementos críticos da proposta inicial do PNDR.

No caso específico do Nordeste, o PNDE, seguindo os eixos centrais do Plano de Desenvolvimento regional do País, busca apresentar diretrizes mais focalizadas para a realidade específica da região e propor cenários, cuja avaliação de efetivação torna necessárias análises e reflexões.

A partir desses aspectos retomados, apesar do resgate da agente social e regional, a partir dos anos 2000, e melhorias em indicadores econômicos e sociais no Brasil e no Nordeste em relação, sobretudo, às duas décadas anteriores, observa-se que, assim como para a economia como um todo, a base da promoção do desenvolvimento é a mesma de sempre: a ampliação no consumo, ou seja, as velhas formas se apresentando fazendo uso de novas denominações, “novos planos” e sobre esse aspecto cabe reforçar a importância da reflexão acerca da sustentabilidade desse modelo, bem como a manutenção de fortes discrepâncias que persistem na região, como por exemplo, a manutenção de um desempenho relativamente fraco em termos de participação no PIB do país, bem como elevados índices de analfabetismo, dentre muitos outros aspectos, denotando permanência das velhas formas e performances.

Assim, o modelo de desenvolvimento atual adotado pela região Nordeste, não foge à regra do que vem ocorrendo no restante do país, ao revelar certa continuidade do padrão no qual nossa base capitalista industrial se ampara e que, portanto, as novas vertentes apontadas como modelos de desenvolvimento a serem seguidos parecem não apontar alternativas que promovam um desenvolvimento econômico e social sustentável e mais igualitário, tendo em vista que faz-se necessária uma ampla reflexão e atenção a questões de ordem estrutural bastante amplas, como por exemplo o padrão predatório de uso e remuneração do trabalho que tem se reproduzido, maior acesso à terra e à moradia, maior atenção ao desenvolvimento de P&D e C&T e a grande relevância do setor agrário, elementos cruciais para a superação da pobreza e dos laços de dependência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. A “questão regional” e a “questão nordestina”. *In*: TAVARES, M. C. **Celso Furtado e o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 71-92.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-468, out./dez. 1997.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional: da “letra da lei” ao sentido do texto. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.16, n.1, p. 37-50, jan./jun. 2012.

BERRIEL, Rosa Maria Vieira. **Celso Furtado – A construção do Nordeste**. Relatório de Pesquisa. Fundação Getúlio Vargas. 2004. Disponível em: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00290_1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano estratégico de desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI**. Recife: Agência de Desenvolvimento do Nordeste, 2006.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e Novos Desenvolvimentismos. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p.749-778, dez. 2012.

CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa Prado. **Para a crítica da economia política desenvolvimentista: aproximações heterodoxas ao marxismo latino-americano**. Disponível em: http://www.secep.com.br/arquivos/Para_uma_critica_da_economia_politica_desenvolvi_ mentista.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.

CLARK, Colin. **The Conditions of Economic Progress**. London: Macmillan, 1957.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani. O papel e o espaço do trabalho na nova agenda do Desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14., Campinas. **Anais [...]**. Campinas: ABET, 2015.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, maio/set, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512009000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 9 jul. 2015.

FILGUEIRAS, Luiz. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, Inez Silvia Batista. **Novas interpretações desenvolvimentistas**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers; Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 371-470.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. (1967). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez. 1997.

LIMA, João Policarpo R.; CALDAS, Renata de Melo. Investimento em infraestrutura, distribuição de renda e desenvolvimento: experiências recentes e os desafios do Nordeste. *In*: CASTRO, Inez Silvia Batista. **Novas interpretações desenvolvimentistas**. 1.ed. Rio de Janeiro: E-papers; Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 99-142.

NASSIF, André. Há evidências de deindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf. Acesso em: 5 nov.2014.

OLIVEIRA, Thiago; MANDARINO, Thiago Marques. Estratégias de Desenvolvimento Capitalista no Brasil no Limiar do Século XXI: O Novo-Desenvolvimentismo e o Social-Desenvolvimentismo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., Águas de Lindóia. **Anais [...]**. 2012. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7890&Itemid=217. Acesso em: 2 nov. 2014.

PELLEGRINO, Anderson Cesar G. Teixeira. **O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 2003.

RESENDE, G. M et al. **Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.

SUDENE. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste**. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/system/resources/BAhbBlSgOgZmSSI2MjAxMi8wNS8wOC8xN18wNF80M18zN19QUkRORV9KdW5ob18yMDEeX0ZpbmFsLnBkZgY6BkVU/PRDNE%20-%20Junho%202011-Final.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. [1964]. *In*: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

Texto submetido em 04.04.2021.

Aceito para publicação em 30.06.2021.